

Certifico, para os devidos fins, que este DOCUMENTO foi publicado no DOE,

Nesta Data, 30/12/2011

Gerência Executiva de Registro de Atos e Legislação da Casa Civil do Governador

AO EXPEDIENTE DO DIA
18 de 09 de 2012
PRESIDENTE



ESTADO DA PARAÍBA

VETO TOTAL Nº 81/2012

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, por considerar inconstitucional, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 559/2011, Dispõe sobre a obrigatoriedade de gravação das provas orais e práticas nos concursos públicos para admissão de pessoal, e dá outras providências

RAZÕES DO VETO

O Projeto ora analisado pretende tornar mais transparente o certame para contratação de pessoal no Estado da Paraíba, na media em que torna imprescindível a gravação das provas orais e práticas, de forma a prevenir a ocorrência de fraudes nos concursos públicos.

A rigor, candidato e examinadores terão melhores condições, respectivamente, de acompanhamento e análise sobre desempenho entre os concorrentes a cargos e funções públicas, que alicerçará hipotético recurso.

É de grande valia a preocupação da Casa de Eptácio

pl

2

Pessoa com a forma com que são realizados os concursos públicos no âmbito do Estado da Paraíba, vistos os inúmeros casos de fraudes nos processos seletivos que ocorrem diariamente em todo o país.

Entretanto, o projeto parlamentar deve se pautar em harmonia e na manutenção do pacto federativo, uma vez que o ente público não pode invadir a competência do outro, tendo em vista as disposições do artigo 1º da presente propositura, que institui a obrigatoriedade de gravação das provas orais e práticas dos concursos no Estado, de forma genérica, e não especifica a esfera administrativa para a qual o candidato pretende ingressar.

Não obstante, o legislador estadual ao editar ato normativo que tangencia a competência do legislador federal e/ou municipal, não causa pura e simplesmente uma violação de uma norma contida na Constituição Federal, mas sim, de modo patente e direto, um princípio constitucional latente na Lei Maior, qual seja, o princípio da repartição constitucional de competências, expressão do pacto federativo assentado na Constituição de 1988, extraível dos art. 1º e 18 da Lei Maior, bem como de outros dispositivos constitucionais que indicam as matérias atribuídas às competências administrativas e legislativas de cada ente da Federação, senão vejamos:



"Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;

[Handwritten signature]

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."

"Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição."

Deste modo, observa-se que a proposição que pretende adentrar no direito Federativo e/ou Municipal, alvita Constituição Federal, cujos princípios extrapolam os limites legislativos, tratando-se, portanto, de matéria afeta ao princípio da reserva legal qualificada.

Além disso, o Projeto de Lei em anexo cria despesa na medida em que atribui ao Estado a responsabilidade de gravação das provas práticas e orais, razão porque, não obstante a considerável importância, o veto se impõe.

Desta forma, a observação atenta aos artigos que formam o corpo ou texto da referida propositura de norma jurídica, evidencia a clara criação de despesa para a Administração Pública sem a indicação da estimativa do impacto financeiro e indicação das fontes de custeio, conforme estabelece o art. 64, inciso I, da Constituição Estadual, senão vejamos:



"Art. 64. Não será admitido aumento da despesa prevista:

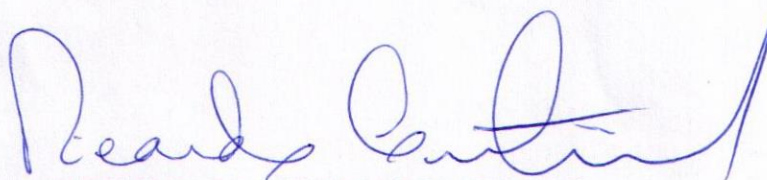
4

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvado o disposto no art. 169, §§ 3º e 4º.”

Destarte, é de bom alvitre destacar o veto se impõe por determinação legal em face de situação regulamentada pela Legislação Federal vigente, restando a aprovação do Projeto de Lei em anexo, norma eivada de ilegalidade, fadada à revogação.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei acima mencionado, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembléia Legislativa.

João Pessoa, 29 de dezembro de 2011.




RICARDO VIEIRA COUTINHO

Governador

MANTENDO O VETO COM
16 VOTOS SIM E 14 VO
TOS NÃO, NA ORDEM DO
DIA 25 DE ABRIL DE
2012.




F: 03/04/2012



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



**VETO TOTAL N.º 81/2012
AO PROJETO DE LEI N.º 559/2011**

“Veto Total ao Projeto de Lei nº 559/2011, que Dispõe sobre a obrigatoriedade de gravação das provas orais e práticas nos concursos públicos para admissão de pessoal e dá outras providências”.

VETO TOTAL: Governador do Estado.

RELATOR: Dep. Adriano Galdino.

P A R E C E R 769 /2012

I - RELATÓRIO

O Senhor Governador do Estado, usando da competência que lhe confere o § 1º, do artigo 65 da Constituição Estadual, vetou totalmente o **Projeto de Lei N.º 559/2011**, que Dispõe sobre a obrigatoriedade de gravação das provas orais e práticas nos concursos públicos para admissão de pessoal e dá outras providências, mediante o Veto Total nº 81/2012.

A matéria constou no expediente do dia 18 de janeiro de 2012.

Instrução processual em termos,

Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

Breve relatório.



6

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II - VOTO DO RELATOR

As razões do presente veto estão calcadas na condição do projeto adentrar ao direito federativo e/ou municipal, contrariando princípios constitucionais e extrapolando os limites da atuação do Poder Legislativo.

Por tais razões, é que se impõe o veto para sanar presente ilegalidade, haja vista que sua manutenção acarretaria a criação de lei eivada de vício insanável, causando uma inflação jurídica de leis inócuas, fadadas à revogação.


Assim sendo, me são convincentes e satisfatórias as razões do veto em aposto, haja vista ser de competência reservada a iniciativa da matéria. Daí se conclui que o legislativo extrapolou suas prerrogativas constitucionais inerentes à proposição.

Nestes termos, proponho à douta Comissão a **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL Nº. 81/2012, AO PROJETO DE LEI Nº. 559/2011**, por entender que as razões de veto são consistentes e procedentes.

É como voto

Sala das Comissões, em 06 de março de 2012.


DEP. ADRIANO GALDINO
RELATOR


ADRIANO GALDINO



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda o parecer da Senhora Relatora, pela **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL Nº. 81/2012, AO PROJETO DE LEI Nº. 559/2011**, por entender que as razões de veto são procedentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de março de 2012.

Apreciada Pela Comissão
No Dia 26/03/12

DEP. JANDUHY CARNEIRO
PRESIDENTE

DEP. RANIERY PAULINO
MEMBRO

DEP. DANIELLA RIBEIRO
MEMBRO

DEP. ADRIANO GALDINO
MEMBRO

DEP. FRANCISCA MOTTA
MEMBRO

DEP. ANTONIO MINERAL
MEMBRO

DEP. LÉA TOSCANO
MEMBRO

8



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa

Certifico, para os devidos fins, que este
PROJETO DE LEI FOI VETADO
e foi publicado no DOE.

Nesta Data, 30/12/2011

Vera Lúcia 5a
Gerência Executiva de Registro de Atos e
Legislação da Casa Civil do Governador

AUTÓGRAFO Nº 328/2011
PROJETO DE LEI Nº 559/2011
AUTORIA: DEPUTADO CAIO ROBERTO



VETO

João Pessoa, 29/12/11
Ricardo Vieira Coutinho

Ricardo Vieira Coutinho
Governador

Dispõe sobre a obrigatoriedade de
gravação das provas orais e práticas nos
concursos públicos para admissão de
pessoal e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º As provas orais e práticas nos concursos públicos para
admissão de pessoal no Estado da Paraíba deverão ser gravadas e reduzidas
a termos, constando da gravação a identificação dos examinadores, do
candidato, da prova, data, horário e local de realização.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa
de Epitácio Pessoa", João Pessoa, 15 de dezembro de 2011.

Ricardo Marcelo
RICARDO MARCELO
Presidente



9

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

SECRETARIA LEGISLATIVA



REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS
SUJEITAS À APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário
Às fls. _____ sob o nº 81112
Em 30 / 12 / 2012
P. Magalhães Maia
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 18 / 01 / 2012
P. Magalhães Maia
Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência
e Controle do Processo Legislativo
Em, 18 / 01 / 2012.
P. Magalhães Maia
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia 18 / 01 / 2012
[Signature]
Departamento de Assistência e Controle
do Processo Legislativo

À Comissão de Constituição, Justiça e
Redação para indicação do Relator
Em ____ / ____ / 2012.

Secretaria Legislativa
Secretário

Publicado no Diário do Poder Legislativo
no dia ____ / ____ / 2012

Secretaria Legislativa
Secretário

Assessoramento Legislativo Técnico

Em ____ / ____ / 2012

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado
ADRIANO GALDINO
Em 24 / 02 / 2012

Deputado
Presidente

Apreciado pela Comissão
No dia ____ / ____ / 2012
Parecer _____
Em ____ / ____ / ____

Secretaria Legislativa

Aprovado em (_____) Turno
Em ____ / ____ / 2012.

Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a Presente Propositura consta
(_____) Pagina (s) e (_____) Documento (s) em anexo.
Em ____ / ____ / 2012.

Funcionário



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

SECRETARIA LEGISLATIVA

REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS
SUJEITAS À APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário
Às fls. _____ sob o nº 81112
Em 30/12/2012

P. Magalhães Maia
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 18/01/2012

P. Magalhães Maia
Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência
e Controle do Processo Legislativo
Em, 18/01/2012.

Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia ____/____/2012

Departamento de Assistência e Controle
do Processo Legislativo

À Comissão de Constituição, Justiça e
Redação para indicação do Relator

Em ____/____/2012.

Secretaria Legislativa
Secretário

Publicado no Diário do Poder Legislativo
no dia ____/____/2012

Secretaria Legislativa
Secretário

Assessoramento Legislativo Técnico

Em ____/____/2012

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado

Em ____/____/2012

Deputado
Presidente

Apreciado pela Comissão
No dia ____/____/2012

Parecer _____
Em ____/____/_____

Secretaria Legislativa

Aprovado em (_____) Turno

Em ____/____/2012.

Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a Presente Propositura consta
(_____) Página (s) e (_____) Documento (s) em anexo.
Em ____/____/2012.

Funcionário



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

Ofício nº 152/2012

João Pessoa, 26 de abril de 2012.


Senhor Governador

Participo a Vossa Excelência, que esta Assembléia Legislativa, manteve o Veto Total nº 81/2012, referente ao Projeto de Lei nº 559/2011, do Deputado Estadual Caio Roberto, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de gravação das provas orais e práticas nos concursos públicos para admissão de pessoal e dá outras providências".

Atenciosamente,


RICARDO MARCELO
Presidente.

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr. RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador do Estado da Paraíba
Palácio da Redenção
João Pessoa PB


Gustavo O. Pereira de Melo
Consultoria Jurídica do Governador
Coordenador

RECEBIDO
26/04/2012
15:47